

STJ00109961

ANTONIO UMBERTO DE SOUZA JÚNIOR  
DANILO GONÇALVES GASPAR  
FABIANO COELHO  
RAPHAEL MIZIARA

# DIREITO DO TRABALHO DE EMERGÊNCIA

Impactos da **COVID-19**  
no Direito do Trabalho

Atualização garantida até outubro/2020

De acordo com as  
**Medidas Provisórias 927,  
928, 936, 944 e 946/2020.**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitas Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Analista de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiárias:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainã Luz Carvalho

*Capa:* Linotec

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Direito do trabalho de emergência : impactos da COVID-19 no direito do trabalho / Antonio Umberto de Souza Júnior...[et al.]. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Outros autores: Danilo Gonçalves Gaspar, Fabiano Coelho, Raphael Mizziara

Bibliografia.

ISBN 978-65-5065-425-2

1. Contratos de trabalho 2. Covid-19 - Pandemia - Aspectos jurídicos 3. Direito do trabalho 4. Direito do trabalho - Leis e legislação - Brasil 5. Férias trabalhistas 6. Horas de trabalho 7. Saúde pública 8. Teletrabalho I. Souza Júnior, Antonio Umberto de. II. Gaspar, Danilo Gonçalves. III. Coelho, Fabiano. IV. Mizziara, Raphael.

20-36339

CDU-34:331(81)

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito do trabalho 34:331(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

---

Introdução: uma pandemia que impactou o mundo e o direito.....	11
<b>Capítulo 1. Direito do trabalho de emergência e a COVID-19</b> .....	21
1.1. Em tempos do novo coronavírus, o Direito do Trabalho de Emergência deve dirigir a proteção estatal aos trabalhadores ou aos empregadores? .....	23
1.2. Prevalência do acordo individual sobre a lei e as normas coletivas .....	28
1.3. Demandas por contratação ou remanejamento de mão de obra para suprir acréscimo de serviços decorrentes da pandemia .....	33
1.4. Cuidados especiais com a saúde dos empregados mantidos no estabelecimento patronal .....	36
1.5. Faltas decorrentes de medidas envolvendo o novo Coronavírus .....	38
<b>Capítulo 2. Mecanismos para manutenção dos contratos de trabalho sem impacto remuneratório</b> .....	41
2.1. Concessão imediata de férias, individuais ou coletivas.....	43
2.1.1. Férias já adquiridas .....	43
2.1.2. Férias ainda não adquiridas integralmente .....	46
2.1.3. Antecipação de períodos futuros de férias.....	46
2.1.4. Prioridade dos trabalhadores que pertençam ao grupo de risco .....	47
2.1.5. Suspensão de férias e licenças dos profissionais de saúde.....	47
2.1.6. Pagamento do terço constitucional das férias .....	53
2.1.7. Venda de 1/3 das férias a critério do empregador.....	54
2.1.8. Pagamento do terço constitucional das férias .....	54
2.1.9. Pagamento das férias em caso de dispensa do empregado .....	55
2.1.10. Concessão de férias coletivas .....	55
2.1.10.1. Concessão de férias coletivas .....	56
2.1.10.2. Desnecessidade de comunicação ao Sindicato e ao Ministério da Economia .....	56
2.1.10.3. Pagamento das férias coletivas .....	56

2.2.	Horários de trabalho.....	57
2.2.1.	Antecipação dos feriados civis e religiosos.....	59
2.2.2.	Banco de horas especial.....	61
2.2.3.	Jornada e compensação horária nos estabelecimentos de saúde.....	65
2.3.	Teletrabalho.....	66
2.3.1.	Teletrabalho, trabalho à distância e <i>home office</i> (ou em domicílio).....	67
2.3.2.	Alteração do regime de teletrabalho.....	69
2.3.3.	O prazo de transição do regime de trabalho.....	70
2.3.4.	Responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos e infraestrutura.....	70
2.3.5.	Tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação.....	74
2.3.6.	Breve resumo comparativo entre a regulamentação do teletrabalho na CLT e na MP nº 927, de 2020.....	75
2.3.7.	Inaplicabilidade do regime de <i>telemarketing</i> .....	78
2.4.	Suspensão de exigências em matéria de segurança e saúde do trabalho.....	78
<b>Capítulo 3. Mecanismos para manutenção dos contratos de trabalho com impacto remuneratório.....</b>		<b>85</b>
3.1.	Redução de salário e jornada.....	87
3.1.1.	Prazo máximo da redução da jornada e do salário.....	87
3.1.2.	Requisitos de validade do acordo de redução da jornada e do salário.....	87
3.1.2.1.	Preservação do valor do salário-hora de trabalho.....	88
3.1.2.2.	Acordo individual escrito e encaminhamento ao empregado.....	89
3.1.2.3.	Observância dos limites previamente fixados.....	95
3.1.3.	Restabelecimento da situação anterior.....	95
3.1.4.	Redução mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.....	95
3.1.4.1.	Negociação coletiva obrigatória.....	95
3.1.4.2.	Negociação coletiva como alternativa.....	97
3.2.	Suspensão temporária dos contratos de trabalho.....	99
3.2.1.	Suspensão mediante acordo individual na MP nº 927, de 2020.....	99
3.2.2.	Suspensão mediante acordo individual na MP nº 936, de 2020.....	104
3.2.3.	Suspensão mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.....	105
3.2.4.	Um caso à parte: trabalho portuário.....	106
<b>Capítulo 4. Rescisão do contrato de trabalho em tempos de crise.....</b>		<b>109</b>
4.1.	Estado de calamidade pública como hipótese de força maior.....	111
4.2.	Dispensa de empregados por fato do príncipe.....	113
4.3.	Dispensa coletiva de empregados.....	127

4.4. Garantias de emprego.....	128
4.4.1. Garantia de emprego nos períodos de redução salarial e suspensão temporária dos contratos de trabalho.....	128
4.4.2. Garantia de emprego no caso de empréstimos subsidiados para preservação dos postos de trabalho .....	132
4.4.3. Garantias de emprego ordinárias em tempo de crise .....	135
<b>Capítulo 5. Afastamentos laborais durante a pandemia .....</b>	<b>141</b>
5.1. Licença para tratamento da COVID-19.....	143
5.2. Doença ocupacional e a COVID-19 .....	144
<b>Capítulo 6. Desonerações financeiras e administrativas em favor das empresas .....</b>	<b>155</b>
6.1. Adiamento de recolhimentos tributários .....	157
6.1.1. FGTS .....	157
6.1.2. INSS.....	161
6.2. Extinção do PIS-PASEP e autorização temporária para saque do saldo do FGTS.....	161
6.3. Redução das contribuições para o Sistema S.....	162
6.4. Suspensão de prazos em processos administrativos.....	163
<b>Capítulo 7. Socorros financeiros emergenciais .....</b>	<b>165</b>
7.1. Socorros a empregados e outros trabalhadores.....	167
7.1.1. Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.....	167
7.1.2. Auxílio emergencial a trabalhadores informais e microempreendedores ..	176
7.1.3. Liberação parcial dos saldos do FGTS.....	179
7.1.4. Liberação integral dos saldos de PIS-PASEP.....	181
7.2. Linhas de crédito emergencial para empresas .....	181
<b>Capítulo 8. Negociação coletiva em tempos de pandemia .....</b>	<b>183</b>
8.1. Coesão de classe em tempos de isolamento .....	185
8.2. Assembleias virtuais .....	186
8.3. Redução dos prazos legais e estatutários.....	187
8.4. Prevalência do negociado sobre o legislado .....	187
8.4.1. O art. 2º da MP 927/2020 .....	187
8.4.2. A dispensa da negociação coletiva para redução de jornada, salário e suspensão do contrato .....	191
<b>Capítulo 9. Empregado doméstico e medidas emergenciais .....</b>	<b>195</b>

<b>Capítulo 10. Acesso à Justiça no contexto da pandemia da COVID-19 .....</b>	<b>203</b>
10.1. Atendimento diretamente a partes sem advogado .....	205
10.2. Suspensão, prorrogação e interrupção de prazos processuais .....	206
10.3. Dilação de prazos e exclusão de multas em acordos com prestações vencidas durante o período de suspensão dos prazos processuais .....	208
10.4. Rito emergencial das ações trabalhistas e a dispensa da audiência inicial.....	210
10.5. Audiências e sessões virtuais ou telepresenciais.....	214